

Sérgio Buarque
de Holanda

O homem cordial

Seleção de

LILIA MORITZ SCHWARCZ
ANDRÉ BOTELHO



P E N G U I N

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright do texto © 2012 by espólio Sérgio Buarque de Holanda
Copyright da seleção © 2012 by Lilia Moritz Schwarcz e André Botelho

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Penguin and the associated logo and trade dress are registered
and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or
Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (USA) Inc.

PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA
Raul Loureiro, Claudia Warrak

PREPARAÇÃO
Leny Cordeiro

REVISÃO
Huendel Viana
Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982.

O homem cordial / Sérgio Buarque de Holanda ; seleção
de Lilia Moritz Schwarcz. 1ª ed. — São Paulo: Penguin Classics
Companhia das Letras, 2012.

Bibliografia.

ISBN 978-85-63560-44-5

1. Brasil – Civilização 2. Brasil – História 3. Ensaios
4. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982 5. Sociologia 1.
Schwarcz, Lilia Moritz 11. Título.

12-02830

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Cultura : Civilização : História : Ensaios 981

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501
www.penguincompanhia.com.br
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

O poder pessoal	7
Poesia e crítica	39
O homem cordial	44
Botica da natureza	60
Experiência e fantasia	81
<i>Notas</i>	100

O poder pessoal*

Pedro II e Jorge III

É sobretudo durante a guerra que alguns ministérios parecem o reflexo da vontade imperial, e é quando mais desabusadas se fazem as críticas ao poder do monarca. Durante a questão com o Estado Oriental, quando no poder o ministério Furtado, essa crítica, outrora predominantemente liberal, ganha terreno entre os conservadores da velha guarda. Um desses, aludindo, em carta a Nabuco, à campanha movida pelos do Progresso contra o gabinete, aliciado na ala dos “históricos”, adverte contra a inutilidade do combate ao ministério por parte dos que simulam ignorar a entidade suprema, que tinha a maior culpa no sistemático falseamento do regime representativo. “É preciso”, dizia, “que se atire ao pássaro e não à sombra, e que levemos o responsável, o autor, ao grande tribunal da opinião pública.”

Todavia não eram novidade as invectivas contra o “poder pessoal” do monarca. Elas principiaram, de fato, na primeira década da maioridade. Inicialmente criticou-se a política “de reposteiro”, acusando-se os áulicos de se valerem do imperador para fazer prevalecer sua vontade. Pouco depois, porém, é o imperador que se vê acusado

* Em *Do Império à República*, tomo II, vol. 5 da coleção História geral da civilização brasileira, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1972.

de servir-se dos áulicos. A mudança foi fixada por Melo Matos em escrito de 1870. Referindo-se ao célebre panfleto de Firmino Rodrigues Silva, dizia o autor: “A expressão Facção Áulica, porém, é empregada neste panfleto de 1847 em um sentido absolutamente diferente do que a circular do sr. Teófilo Otoni e a biografia do sen. Furtado emprestaram à mesma expressão. Com efeito, o panfleto de 1847 representa o imperador subjugado pela facção áulica; nas outras duas publicações o imperador é apresentado como o chefe da facção, dirigindo-a e empregando-a apenas para realizar suas impenetráveis vontades”. O opúsculo de Firmino é de 47; de 60 e 67, são respectivamente a circular de Otoni e o livro de Tito Franco de Almeida. Quer dizer que, por volta de 60, se tinha completado a evolução.

Entretanto, já em 1849 surgira pela primeira vez a lembrança de comparar o jovem imperador ao rei Jorge III da Inglaterra, que pretendia ultrapassar a limitada esfera de ação traçada aos monarcas ingleses depois de duas revoluções vitoriosas, e o símile passará a ser obrigatório, nas críticas à prática do regime ao longo de toda história do Império. Antes de cristalizar-se na Inglaterra a interpretação *whig* da história do reinado do terceiro rei da dinastia de Hanover, certos estereótipos criados pela oposição a esse monarca poderiam ter sido tomados, por exemplo, de passagens de Walpole e talvez de trechos de Burke, diretamente ou através de publicistas britânicos, e também franceses do tempo de Luís Filipe, e utilizados como arma contra o alargamento dos poderes da Coroa. Alguns, no Brasil, se satisfariam, no mesmo intuito, com ilustrações tomadas, por exemplo, a Cesar Cantu, cujo liberalismo católico facilmente granjearia adeptos, e cuja *História universal*, acabada de publicar-se em 1846, irá ser, com a *Revue des Deux Mondes*, inesgotável repertório de dados aplicáveis a qualquer situação política pelos nossos homens públicos do Segundo Reinado.

Com o tempo, muitos dos argumentos usados pela oposição inglesa a Jorge III pareceram altamente prestativos na polêmica dirigida contra o “poder pessoal” de d. Pedro, e anexaram-se em definitivo ao nosso folclore político, independentemente da filiação partidária dos que deles se valiam. Não custava, por exemplo, invocar exemplos como o de lord Bute, a propósito de nossa facção áulica dos tempos em que d. Pedro ensaiava os passos na arte de reinar. Paradoxalmente, as primeiras arremetidas contra os “amigos do rei” partiram, aqui, dos conservadores, que se intitulavam, e neste caso por uma inspiração francesa, o Partido “da Ordem”, o que é explicável quando se tenha em conta que os manejos dos “áulicos” se fizeram mais clamorosos durante o “primeiro quinquênio liberal”. É efetivamente de uma trincheira saquarema que sai o panfleto sobre a dissolução do gabinete de 5 de maio, primeiramente impresso em 1847, e atribuído durante algum tempo a Bernardo de Vasconcelos e até a Honório Hermeto, antes de se identificar seu verdadeiro autor, Firmino Silva.

Logo depois, porém, com a ascensão do ministério de 29 de setembro de 1848 (visconde de Olinda), os *dijec-ta membra* da seita “luzia”, que passavam agora para a oposição, tratam, por sua vez, de retomar as armas que utilizaram antes os seus contrários, e pela pena de Timandro, que aliás colaborara ativamente com os “áulicos” e destes fora protegido, lançam-se contra os que deram ensejo ao triunfo dos conservadores. O alvo tinha mudado, porque desta vez os “amigos do rei” já não são mais Aureliano Coutinho e seus companheiros do rio da Joana, mas o visconde de Macaé e o dr. Cruz Jobim, que passavam por emissários solícitos da “patrulha” saquarema junto ao paço de São Cristóvão. Tinham mudado também as posições respectivas do rei e dos palacianos. Dissera-se antes que d. Pedro se prestara a servir à política destes; agora começaria a apegar-se aos áulicos para

deles obter um acréscimo de poder. É ao menos o que sugere a evocação de Jorge III no *Libelo do Povo*.

As primeiras críticas à chamada “facção áulica” tinham surgido a propósito da retirada do gabinete de 23 de janeiro de 43, quando o imperador não quis anuir à exigência de Honório Hermeto, o titular da Fazenda (e de Estrangeiros), e já, por assim dizer, primeiro-ministro — embora só mais tarde surja no Brasil a figura do presidente do conselho — no sentido da demissão de Saturnino de Oliveira de inspetor da Alfândega. Posteriormente, e em mais de uma ocasião, tentará o imperador justificar a atitude que tomara na ocasião, dizendo que, se anuísse à exigência, seria tido como fraco. Numa das suas anotações à margem da biografia de Furtado, escreve: “Ninguém influiu no meu espírito para assim proceder, e depois que meu caráter foi conhecido, eu teria acedido...”. Cabe, no entanto, um reparo a este comentário: a influência julgada prepotente sobre o ânimo do monarca adolescente não era a de Honório Hermeto, mas a de Aureliano Coutinho, irmão do funcionário que este quisera demitir. Em todo o caso a tentativa de explicação do imperador já sugere a força e prematuridade de seus zelos de independência. Só cede verdadeiramente aos ministros quando, e porque, já eles estão cientes de que seu ceder não é prova de fraqueza. Cede como quem concede e tem autoridade para não precisar mostrar que a tem.

A era da transação

A conciliação de 1853, inaugurando a época da transação, segundo o nome que lhe deu Justiniano José da Rocha, se por um lado entorpece a fúria das contendas partidárias, deixa, por outro, liberdade mais ampla à Coroa na escolha dos ministros. Durante treze anos, a contar de 1850, não houve necessidade de recurso às dis-

soluções da Câmara (a última fora decretada em 1849), a princípio por causa do desbarato dos liberais ou luzias, que deixou os conservadores ou saquaremas donos quase incontestados da situação, depois porque praticamente tendia a esvair-se, graças à iniciativa conciliatória, muito aprovada por Sua Majestade, a linha divisória entre ministeriais e oposição. Resultava, do meio dessa política sonolenta, sobressair-se a Coroa que, dispensada de atender ao jogo das facções, era convertida em fator decisório por excelência. Tentou-se golpear o poder das oligarquias provinciais com a introdução do sistema de eleições por distritos de um só deputado (lei nº 842 de 19 de setembro de 1855), logo atenuando nos seus efeitos pelo dos círculos de três deputados (nº 1082 de 18 de agosto de 60), mas nada impedia, ao contrário, que se desenvolvesse um poder oligárquico centralizado, que ia girar em volta de São Cristóvão. A disputa entre facções mudara-se na disputa pelos favores do Paço.

Todavia a vantagem que tirava aparentemente a Coroa da eliminação das contendidas partidárias tinha seu reverso necessário. Uma vez que os sucessivos governos não surgiam naturalmente delas, era fácil à oposição dirigir suas baterias contra o poder que, já agora ostentivamente, fazia e desfazia governos. O próprio d. Pedro II, se alguma vez alimentou ilusões sobre as consequências que poderia retirar do desaparecimento ou deterioração das forças políticas, acabou convencendo-se do contrário, quando já em fins da década de 1850-60 começou a desenvolver-se uma oposição crescente contra os “instrumentos” da Coroa, os cortesãos, contra a própria Coroa. A Caxias, que pouco tempo depois lhe observou como a falta de partidos organizados lhe era favorável, retrucou que muito se enganava: não existindo partidos organizados, as acusações iriam recair sobre ele próprio. Porque, acrescentava, sempre se procura alguém “sobre quem descarregar a própria responsabilidade, sobretudo quando a falta de juízo é muita”.